

O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO

Porto Alegre - RS CNPJ: 92.666015/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

Ativo	Nota	31 de dez. de 2023	31 de dez. de 2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dez. de 2023	31 de dez. de 2022
Circulante		34.168.499,77	32.733.308,28	Circulante		5.779.862,18	6.848.386,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	8.998.739,24	7.577.525,71	Fornecedores		412.009,91	2.264.926,28
Títulos e Valores Mobiliários	4	22.513.960,36	22.681.926,83	Obrigações Fiscais		57.739,37	53.086,83
Contas a Receber		282.823,72	312.889,87	Ordenados e Encargos Sociais	8	1.989.460,33	1.566.842,39
Adiantamentos		245.714,17	119.843,12	Contas a Pagar		28.133,70	21.374,35
Despesas Antecipadas		28.340,56	19.938,12	Convênios e Projetos	9	3.292.518,87	2.942.156,31
Devedores Diversos	5	2.098.921,72	2.021.184,63				
Não Circulante		42.923.477,52	42.000.611,30	Não Circulante		1.959.357,66	1.676.218,96
Realizável a Longo Prazo		37.500,00	37.500,00	Contas a Pagar		44.451,57	43.390,47
Cauções		37.500,00	37.500,00	Provisão Para Contingências	10	1.914.906,09	1.632.828,49
Investimentos		603,49	603,49				
Imobilizado	6	42.851.023,74	41.927.333,06	Patrimônio Líquido		69.352.757,45	66.209.314,46
Intangível	7	34.350,29	35.174,75	Patrimônio Social	11	66.209.314,46	64.291.373,33
				Superávit Acumulado		3.143.442,99	1.917.941,13
Total do Ativo		77.091.977,29	74.733.919,58	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		77.091.977,29	74.733.919,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Em Reais Totais
Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2022	64.291.373,33	1.917.941,13	66.209.314,46
Incorporação de Resultados Superávit do Período	594.283,26	(594.283,26)	-
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2022	64.291.373,33	1.917.941,13	66.209.314,46
Incorporação de Resultados Superávit do Período	1.917.941,13	(1.917.941,13)	-
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2023	66.209.314,46	3.143.442,99	69.352.757,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

Nota 1. Estrutura Institucional e Objetivos (Informações Gerais). O Pão dos Pobres de Santo Antônio ("Entidade") é uma Fundação Diocesana pessoa jurídica de direito privado, sediada em Porto Alegre – RS, sem fins lucrativos, tem como finalidade manter uma entidade beneficente de atendimento socioeducativo integral à criança e ao adolescente empobrecido e em situação de vulnerabilidade pessoal e social, estabelecimentos anexos e outras obras de caridade, na medida de seus recursos. Entre os estabelecimentos anexos, poderá manter a Fundação instituições de ensino primário, secundário e de aprendizagem profissional, abertas à criança e ao adolescente em geral, visando sempre o atendimento socioeducativo. Poderá manter também Escola ou Centro de Pesquisa e Educação Profissional para atuar nos níveis básicos, técnico e tecnológico, cuja oferta de cursos se adequará às demandas sociais, ao mercado de trabalho, ao mundo do trabalho e à legislação pertinente. Foi declarada entidade de utilidade pública nos níveis federal, estadual e municipal. Quanto à imunidade das contribuições sociais, como entidade filantrópica educacional e de assistência social, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) vem sendo obtida dentro dos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009. A Entidade recebeu a renovação do CEBAS através do processo nº 235874.001684/2020, conforme Portaria nº 49/2022, publicada no Diário Oficial da União em 25/05/2022, com validade de 11/01/2021 a 31/12/2024, emitida pelo Ministério da Cidadania.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de Preparação.** As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme disposto na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, do Conselho Federal de Contabilidade, bem como a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras da O Pão dos Pobres de Santo Antônio, foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2024. **2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa.** Estão representados por numerário em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **2.3 Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa.** Os valores baixados como perdas no exercício correspondem a títulos com vencimento até o exercício anterior, sem perspectivas de recebimento e a provisão constituída foi a média de perdas dos últimos três exercícios, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização

Nota 6. Ativo Imobilizado A composição do ativo imobilizado está demonstrada da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa Média Depreciação	31.12.2023				31.12.2022	
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imóveis	2%a10%	42.081.719,32	(816.751,54)	41.264.967,78	41.648.055,14	(793.823,67)	40.854.231,47
Veículos de Uso	10%a20%	701.765,29	(452.849,05)	248.916,24	489.090,89	(398.914,10)	90.176,79
Móveis e Utensílios	5%a33,33%	1.944.759,83	(1.345.499,04)	599.260,79	1.614.699,13	(1.218.734,26)	395.964,87
Computadores e Periféricos	6,67%a50%	812.280,67	(84.622,75)	727.657,92	637.234,95	(64.766,59)	572.468,36
Outros	5%a25%	165.558,41	(155.337,40)	10.221,01	165.558,41	(151.066,84)	14.491,57
		45.706.083,52	(2.855.059,78)	42.851.023,74	44.554.638,52	(2.627.305,46)	41.927.333,06

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:

Imóveis	Taxa Média Depreciação	31.12.2023				31.12.2022	
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imóveis		40.854.231,47	1.095.499,68	(661.835,50)	(22.927,87)		41.264.967,78
Veículos de Uso		90.176,79	212.674,40	-	(53.934,95)		248.916,24
Móveis e Utensílios		395.964,87	330.535,70	(475,00)	(126.764,78)		599.260,79
Computadores e Periféricos		572.468,36	175.045,72	-	(64.766,59)		727.657,92
Outros		14.491,57	-	-	(4.270,56)		10.221,01
		41.927.333,06	1.813.755,5	(662.310,50)	(227.754,32)		42.851.023,74

Nota 7. Ativo Intangível A composição do ativo intangível está demonstrada da seguinte forma:

Intangível	Taxa de Amortização	31.12.2023				31.12.2022	
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Residual
Softwares	25%	63.765,75	(29.415,46)	34.350,29	63.765,75	(28.591,00)	35.174,75
		63.765,75	(29.415,46)	34.350,29	63.765,75	(28.591,00)	35.174,75

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada da seguinte forma:

Softwares	Taxa de Amortização	31.12.2022		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
		Amortização			
		35.174,75	(824,46)		
		35.174,75	(824,46)		

Nota 8. Ordenados e Encargos Sociais

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Salários a Pagar	652.172,00	509.664,00
Férias e Encargos a Pagar	1.124.755,25	898.819,77
FGTS a Recolher	91.663,53	74.604,91
INSS a Recolher	74.177,26	67.935,74
Outras Obrigações	46.692,29	15.817,97
	1.989.460,33	1.566.842,39

Nota 9. Convênios e Projetos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Convênios FASC	2.948.637,15	2.633.141,95
Convênios Cidade Escola SMED	247.738,80	210.355,57
Convênios Sase FASC	96.142,92	98.658,79
	3.292.518,87	2.942.156,31

Nota 10. Provisão Para Contingências. Em 31 de dezembro de 2023 a administração constituiu provisão para contingências no montante de R\$ 1.914.906,9 (R\$ 1.632.828,49 em 31 de dezembro de 2022), referente às ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, na opinião de seus assessores jurídicos.

Ir. Albano Thiele

CPF: 165.914.889-87

Diretor Geral

Daiane Schütz Vieira

CPF: 017.636.580-07

Contadora – CRC/RS 102136/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Diocesana O Pão dos Pobres de Santo Antonio, Associação Civil de Direito Privado, cumprindo com o disposto no ESTATUTO, conforme Art.21, item II, examinou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado (Superávit ou Déficit), e demais relatórios contábeis, bem como o relatório anual circunstanciado, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e, com base no parecer dos Auditores Independentes datado de 27 de Março de 2024, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Alfredo Eufrázio Bilo

CPF 136.139.870-15

Lucinei José Hanauer

CPF 000.822.330-04

Brial Amim Allem

CPF 003.695.350-49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Mantenedores de Porto Alegre - RS **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da **O Pão dos Pobres de Santo Antônio** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **O Pão dos Pobres de Santo Antônio** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

	Nota	Em Reais Períodos	Em Reais Períodos
		01/jan./23 a 31/dez./23	01/jan./22 a 31/dez./22
Receita Operacional Bruta		17.440.700,36	14.835.474,38
Receita de Locação de Bens		3.425.979,61	3.091.589,25
Receitas de Donativos Recebidos		2.735.037,84	2.553.456,91
Receitas de Gratuidade	12	8.223.269,54	7.125.087,01
Receitas Taxa Administrativa		1.307.818,98	1.246.114,61
Outras Receitas Operacionais		1.748.594,39	819.226,60
Gratuidades Concedidas	12	(8.223.269,54)	(7.125.087,01)
Resultado Operacional das Atividades		9.217.430,82	7.710.387,37
Recargas (Despesas) Operacionais			
Despesas Administrativas		(8.370.570,08)	(7.331.890,89)
Despesas Financeiras		(14.055,03)	(64.512,58)
Receitas Financeiras		3.210.927,48	2.862.298,88
Outras Receitas/(Despesas) operacionais		(900.290,20)	(1.258.341,65)
Superávit do Período		3.143.442,99	1.917.941,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

	Em Reais Períodos	Em Reais Períodos
	01/jan./23 a 31/dez./23	01/jan./22 a 31/dez./22
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Período	3.143.442,99	1.917.941,13
Ajustado por:		
Depreciação/Amortização	228.578,78	239.756,33
Alienação do Imobilizado	662.310,50	880,00
Provisões para Contingências	282.077,60	1.078.422,34
Férias e Encargos a Pagar	225.935,48	187.496,72
Resultado Ajustado	4.542.345,35	3.424.496,52
(Aumento/Redução) nos Ativos:		
Contas a Receber	30.066,15	15.581,79
Títulos e Valores Mobiliários	167.966,47	(1.735.459,36)
Outros Direitos Realizáveis	(212.010,58)	(546.406,64)
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(1.852.916,37)	2.093.929,85
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.652,54	22.247,15
Obrigações Sociais e Trabalhistas	196.682,46	121.875,28
Recursos de Convênios	350.362,56	(158.387,69)
Outras Obrigações	7.820,45	(30.531,51)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	3.234.969,03	3.207.345,39
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aplicações no Imobilizado	(1.813.755,50)	(3.586.042,16)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(1.813.755,50)	(3.586.042,16)
Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.421.213,53	(378.696,77)
No Início do Exercício	7.577.525,71	7.956.222,48
No Final do Exercício	8.998.739,24	7.577.525,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 11. Patrimônio Líquido. O patrimônio líquido compreende o Patrimônio Social líquido, acrescido dos valores de superávits ocorridos, representado R\$ 69.352.757,45 em 2023 (R\$ 66.209.314,46 em 2022). Os superávits e déficits dos exercícios são incorporados ao Patrimônio Social no exercício subsequente.

Nota 12. Atividades Assistenciais e das Isenções Usufruídas. A Entidade tem como público alvo o atendimento socioeducativo integral às crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Demonstramos a seguir, os gastos e despesas com as atividades assistenciais e das isenções usufruídas pela Entidade, em cumprimento à legislação que regula as entidades filantrópicas:

Exercício	Receita Proveniente das Atividades Operacionais	Custo do Atendimento Gratuito	Valor da Isenção Usufruída	Percentual de Gratuidade s/ Receita Operacional
2022	10.576.846,25	(7.125.087,01)	2.781.625,83	67,36%
2023	12.428.358,30	(8.223.269,54)	3.198.103,51	66,17%

Nota 13. Isenção da Quota Patronal. O custo da isenção da quota patronal de previdência social usufruída pela Entidade no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de R\$ 3.198.103,51 (R\$ 2.781.625,83 no exercício de 2022).

Nota 14. Imunidade Tributária e Cumprimento do Art. 14 do CTN. No decorrer do período a Entidade atendeu às exigências ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), garantindo a imunidade tributária para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido: a) A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social, no parágrafo único, do artigo 8º; b) Os dirigentes, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente e a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 10º. c) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem sua exatidão.

Nota 15. Cobertura de Seguros (Não Auditado). A Entidade mantém seguros contratados para cobertura de riscos em imóveis e veículos, no montante de R\$ 34.520.000,00 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 24.870.000,00 em 31 de dezembro de 2022). O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Entidade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais def